



**UNESCO Brasilia Office
Representação da UNESCO no Brasil**

Uma nova política para a sociedade da informação

Diogo Vasconcelos
Gestor da Unidade de Missão Inovação e Conhecimento

Brasília
2003

Artigo publicado em 01 de outubro de 2003 no Observatório da Sociedade da Informação, de responsabilidade do Setor de Comunicação e Informação da UNESCO no Brasil.

© UNESCO, 2003
BR/2003/PI/H/5

O autor é responsável pela escolha e pela apresentação dos fatos contidos nesta publicação e pelas opiniões aqui expressas, que não são necessariamente as da UNESCO e não comprometem a Organização. As designações empregadas e a apresentação do material não implicam a expressão de qualquer opinião que seja, por parte da UNESCO, no que diz respeito ao status legal de qualquer país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades, ou no que diz respeito à delimitação de suas fronteiras ou de seus limites.

Uma nova política para a Sociedade da Informação

Diogo Vasconcelos
Gestor da Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (UMIC)
dvasconcelos@umic.pcm.gov.pt

Passaram menos de dez anos desde que, por iniciativa do Estado português, a sociedade da informação foi introduzida como tema de debate no espaço público nacional, e pouco mais de cinco desde que se desenharam as primeiras iniciativas públicas para o seu desenvolvimento. A génese das políticas para a sociedade da informação em Portugal foi marcada pela acção voluntarista e pela definição de objectivos ambiciosos, que vieram mais tarde a revelar-se de difícil concretização. Faltaram, por certo, os recursos e o enquadramento institucional condizente com a transversalidade e com o carácter prioritário da sociedade da informação. Mas faltou sobretudo uma sociedade civil sensibilizada e mobilizada, activa e mobilizadora.



Portugal assiste neste início de século a um novo ciclo de políticas para a sociedade da informação. A construção da sociedade da informação deixou de ser apenas uma prioridade da acção governativa, para se afirmar como desígnio colectivo. Inúmeros agentes dos mais diversos quadrantes sociais – desde organizações não governamentais até às comunidades de *policy-makers* das várias áreas de intervenção do Estado, passando pela academia ou pelo empresariado – participaram activamente na concepção da nova estratégia nacional para a sociedade da informação. A solidez dos seus contributos, quantas vezes críticos e mesmo dissonantes quanto ao caminho a seguir, é bem o sinal de que as políticas para a sociedade da informação já não são um produto acabado nem constituem um condomínio fechado. Existe hoje como nunca uma vontade difundida e partilhada de desenvolver a sociedade da informação em Portugal, e o novo impulso para esse desenvolvimento pode contar com uma massa crítica empenhada e vigilante.

Neste novo contexto, o governo despe-se cada vez mais da postura dirigista típica das fases de lançamento de novas áreas de intervenção e assume cada vez mais um papel de indução, com vista à criação de parcerias para o desenvolvimento de iniciativas para a sociedade da informação. E ao privilegiar a partilha de conhecimento e o funcionamento em rede, a nova política portuguesa *para a* sociedade da informação configura-se já como uma política *na* sociedade da informação.

Esta nova maneira de fazer políticas desafia, desde logo, o modo como o sector público se relaciona consigo mesmo. Passou o tempo de um Estado sem visão estratégica e de conjunto, fragmentado num sem-número de departamentos estanques, encerrados na gestão quotidiana das suas competências exclusivas. No quadro da política para a sociedade da informação, o debate, a cooperação e a coordenação intersectoriais acompanham os diversos níveis de decisão. Inicia-se ao mais alto nível, com o

envolvimento pessoal do Primeiro-Ministro, patente no lançamento da Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (UMIC) e na aprovação, em Conselho de Ministros, do Plano de Acção para a Sociedade da Informação, disponível em www.unic.gov.pt. Uma Comissão Interministerial para a Inovação e Conhecimento presidida pelo Ministro-Adjunto assegura a indispensável coordenação política e um conjunto de *task-forces* permite juntar esforços na implementação dos projectos mais relevantes, tais como as Compras Electrónicas, o Portal do Cidadão e a Interoperabilidade.

Mas esta maneira de fazer políticas desafia também o relacionamento tradicional entre o Estado e as empresas. Na nova política para a sociedade da informação, o sector público e o sector privado abandonam as posições irreduzíveis e de fechamento sobre si mesmos. O governo português assume sem preconceitos o modelo de parceria público-privada para pôr em marcha as iniciativas em que a integração dos esforços e dos interesses traga benefícios para todos. Mais, a nova política reconhece sem complexos a impossibilidade de concretização de projectos essenciais ao desenvolvimento do país sem a existência de um efectivo partenariado público-privado.

O efectivo cumprimento dos objectivos ambiciosos inscritos no plano de acção eEurope 2005, aos quais Portugal se vinculou, dependem seguramente desta articulação. A estratégia europeia é clara e exige, de facto, uma nova abordagem ao problema. Já não se trata apenas de massificar o uso das tecnologias da informação e da comunicação, trata-se também de estimular a disponibilização de serviços, de aplicações e de conteúdos seguros assentes numa infra-estrutura de banda larga amplamente disponível, visando a conversão da conectividade em actividades económicas, num ambiente favorável ao investimento privado, à criação de emprego e ao aumento da produtividade.

Os desafios que se colocam exigem o lançamento de iniciativas e programas políticos que induzam mudanças significativas nos variados domínios da sociedade portuguesa, produzindo efeitos mobilizadores e multiplicadores. Exigem, no essencial, uma política integrada baseada numa dinâmica reformista e politicamente comprometida, capaz de edificar uma sociedade da informação inclusiva e competitiva. Exemplo desta nova abordagem nas políticas para a sociedade da informação é o programa e-U (Campus Virtuais).

Programa e-U: a maior rede mundial de campus virtuais

O Programa e-U (Campus Virtuais) foi a primeira iniciativa lançada no quadro da nova política para a sociedade da informação. O e-U [www.e-u.pt] é um programa ambicioso, na medida em que, pela primeira vez, uma iniciativa deste género se dirige à totalidade das comunidades académicas de um país.

São fundamentalmente quatro os objectivos do e-U:

- promover um acesso mais rápido e mais fácil ao conhecimento por parte das comunidades académicas, através da instalação de redes de acesso à banda larga *wireless*;
- incentivar a utilização de computadores portáteis;
- cultivar a cooperação entre as universidades e a sua relação com o mercado;
- contribuir para a prossecução das metas ambiciosas inscritas na Iniciativa Nacional para a Banda Larga.

Para cumprir estes objectivos, o e-U foi concebido como uma iniciativa integrada e desenvolvida em parceria, em torno de quatro grandes áreas de actuação prioritárias das políticas para a sociedade da informação na Europa e em Portugal. Ao visar a instalação de redes sem fios de tecnologia Wi-Fi em todos os campus universitários, o e-U contribui decisivamente para estimular a difusão da banda larga. Ao promover a aquisição de computadores portáteis equipados para a ligação à Internet de banda larga *wireless* a preços especiais, em particular para estudantes com escassos recursos financeiros, o e-U lança-se no combate à info-exclusão. Ao promover a disponibilização de serviços académicos *online*, o e-U toca de perto a lógica subjacente à construção do governo electrónico. E ao compreender a formação em TIC do pessoal não docente das universidades e institutos politécnicos, o e-U aposta no desenvolvimento de competências, já identificado como factor crítico para a construção da sociedade da informação em Portugal.

Um projecto como o e-U não seria possível sem o empenho e o compromisso de uma multiplicidade de actores públicos e privados. Criado pela Unidade de Missão Inovação e Conhecimento, o e-U estará operacional em 44 instituições do Ensino Superior até Dezembro deste ano, que representam cerca de 200 *wireless lans* (com *roaming* entre si), cobrindo 85% dos 400 mil estudantes e professores deste nível de ensino. Cerca de 30 parceiros colaboram na iniciativa: 17 empresas de *hardware* oferecem computadores portáteis em condições especiais, as 5 maiores instituições bancárias nacionais financiam a aquisição desses computadores a taxas de juro reduzidas, 9 ISPs disponibilizam o acesso à Internet de banda larga a preços competitivos, a Microsoft proporciona o software Office a preços simbólicos, a Sun oferece o seu próprio sistema Star Office, a Intel disponibiliza o seu *know how*, os Correios asseguram a logística e as televisões envolvem-se na promoção da iniciativa.

Ao sintetizar interesses diferenciados num objectivo comum de todos os parceiros, o e-U enquadra-se neste novo modelo de fazer políticas: mais do que ponto de chegada, este programa é um verdadeiro ponto de partida para novas iniciativas para a sociedade da informação em Portugal. Mais do que uma nova funcionalidade tecnológica na academia, trata-se de usar o estudante como porta de entrada para contaminar toda a sociedade.